



# DINÂMICA DO SETOR AGROPECUÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1996 A 2009

ISABELA DA SILVA VALOIS



 editora  
itacaiúnas

ISABELA DA SILVA VALOIS

# **DINÂMICA DO SETOR AGROPECUÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1996 A 2009**

1ª edição

**Editora Itacaiúnas**

Ananindeua – PA

2023

©2023 por Isabela da Silva Valois

*Todos os direitos reservados.*

1ª edição

**Conselho editorial / Colaboradores**

Márcia Aparecida da Silva Pimentel – Universidade Federal do Pará, Brasil  
José Antônio Herrera – Universidade Federal do Pará, Brasil  
Márcio Júnior Benassuly Barros – Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil  
Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil  
Wildoberto Batista Gurgel – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil  
André Luiz de Oliveira Brum – Universidade Federal de Rondônia, Brasil  
Mário Silva Uacane – Universidade Licungo, Moçambique  
Francisco da Silva Costa – Universidade do Minho, Portugal  
Ofélia Pérez Montero - Universidad de Oriente – Santiago de Cuba, Cuba

Editora-chefe: Viviane Corrêa Santos – Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e web designer: Walter Luiz Jardim Rodrigues – Editora Itacaiúnas, Brasil

Editor e diagramador: Deivid Edson Corrêa Barbosa - Editora Itacaiúnas, Brasil

**Editoração eletrônica/ diagramação:** Walter Rodrigues

**Projeto de capa:** da autora

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

V198 Valois, Isabela da Silva  
Dinâmica Econômica do Setor Agropecuário Brasileiro no Período de 1996 a 2009 [recurso eletrônico] / Isabela da Silva Valois. - Ananindeua: Editora Itacaiúnas, 2023.

49 p.: il.: PDF , 1,0 MB.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-85-9535-222-3 (Ebook)

DOI: 10.36599/itac-978-85-9535-222-3

1. Economia; 2. Economia agrícola; 3. Agropecuária. I. Título.

CDD 330

CDU 338.43.01

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Economia 330
2. Economia agrícola 338.43.01

E-book publicado no formato PDF (Portable Document Format). Utilize o software [Adobe Reader](#) para uma melhor experiência de navegabilidade nesta obra.

---

O conteúdo desta obra, inclusive sua revisão ortográfica e gramatical, bem como os dados apresentados, é de responsabilidade de seus participantes, detentores dos Direitos Autorais.

*Esta obra foi publicada pela [Editora Itacaiúnas](#) em junho de 2023.*

# Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. DINÂMICA ECONÔMICA DO SETOR AGROPECUÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1996 A 2009 .....</b>	<b>7</b>
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>4. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ao se fazer um breve retrospecto do desempenho do setor agrícola brasileiro, verifica-se que, a partir da década de 1950, em função do acelerado processo de urbanização e da necessidade de viabilização do desenvolvimento industrial, buscou-se superar o atraso do setor agropecuário do país através da adoção de políticas agrícolas com vieses modernizantes, orientadas para a otimização das técnicas produtivas através do financiamento para aquisição de máquinas agrícolas de fabricação nacional, além da melhoria da infraestrutura dos corredores de distribuição e do armazenamento das safras. Linhares e Silva (1999) destacam que também datam deste período os sistemas de distribuição de terras como medida completa e atenuante dos problemas de pobreza e tensão no campo.

Em meados dos anos 1960, com a formação dos Complexos Agroindustriais, o agronegócio nacional se moderniza e, de acordo com Elias e Sampaio (2002), o trabalho formal se difunde no meio rural.

Nos anos 1970, a escalada modernizante se intensifica, quando ocorre a integração dos capitais e se introduz a biotecnologia nas técnicas de produção, além das políticas de crédito subsidiado, preços mínimos, pesquisa e extensão. Entretanto, Kageyama e Graziano da Silva (1986) destacam que o intenso processo de modernização da agricultura brasileira, ao enfatizar o maior uso de insumos químicos e a mecanização poupadora de mão-de-obra, modificou a estrutura do mercado de trabalho rural, refletindo na minimização das ocupações tradicionais no campo e na consequente precarização da distribuição da renda agropecuária do país.

O arrefecimento do crescimento econômico nos anos 1980 resultante da crise econômica desencadeada pela elevação do endividamento externo, associada à impossibilidade de obtenção de saldos em divisas através da exportação no contexto de interrupção do crédito internacional, e a crescente instabilidade inflacionária, provocaram rebatimentos negativos na agropecuária nacional, em que as políticas para o setor foram mais tímidas tendo que sofrer redução do crédito e eliminação dos subsídios.

A exemplo dos reflexos da escassez de recursos para o período supracitado é possível mencionar a forte contração da Política de Preços Mínimos (PPM) que, instituída desde 1945, é dividida nos segmentos de Aquisições do Governo Federal (AGF), que possui recursos oriundos do Tesouro, sendo aplicado nos casos em que o preço do produto agrícola no mercado se encontra abaixo do preço mínimo estipulado pelo governo; e no segmento de Empréstimos



do Governo Federal (EGF), que possui recursos originados do crédito de comercialização, sendo adotadas as regras do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em que o governo empresta recursos para o agricultor estocar o produto quando o preço está desfavorável e vendê-lo na entressafra, quando ocorre incremento do valor do produto no mercado. De acordo com a análise de Bacha (2004), a partir dos dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as AGF ficaram seriamente comprometidas pela insuficiência de recursos, a ponto de ter reduzido o montante direcionado para tal política de 1.033 milhões de dólares em 1988 para 323 milhões em 1990 e para 89 milhões em 2002. Caso mais drástico é apresentado pelos EGF, cujos recursos de 1.478 milhões de dólares em 1988 contraem-se para 478 milhões em 1990 e caem vertiginosamente para apenas 1 milhão de dólares em 2002.

Nesse sentido, a restrição orçamentária do governo na década de 1980 fez com que, a partir dos anos de 1990, a intervenção governamental no setor agrícola fosse gradativamente reduzida, passando a ser pontualmente direcionada a alguns segmentos, produtos ou regiões específicas. Tal processo de atuação localizada e frequentemente passiva<sup>1</sup> é condizente tanto com os princípios neoliberais absorvidos pelo país, quanto com a pouca disponibilidade de recursos fiscais, acentuando-se ainda mais a partir de meados da mesma década, quando os instrumentos de intervenção estatal passam a admitir parcerias privadas em níveis cada vez mais crescentes.

---

<sup>1</sup> A exemplo da Lei Kandir implementada em 1995 que, de acordo com Bacha (2004), isenta o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos agrícolas e agroindustriais de exportação, a fim de reduzir o preço em dólar do produto exportado; e da política de sobretaxação de produtos agrícolas exportáveis de demanda inelástica em situação de desvalorização cambial.

## 2. DINÂMICA ECONÔMICA DO SETOR AGROPECUÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1996 A 2009

As transformações econômicas e estruturais ocorridas no Brasil na década de 1990, como resultado da intensa absorção dos princípios neoliberais, culminaram com o processo de abertura comercial e reestruturação dos processos de produção, que afetaram fortemente a indústria nacional, também impactando o setor agrícola brasileiro. A queda expressiva dos preços dos produtos agrícolas e a elevação dos custos de produção em função da extinção e/ou eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias devido ao processo de integração econômica ao Mercosul, além da valorização do câmbio como instrumento de estabilização econômica durante a implementação do Plano Real aprofundaram a crise no setor que, segundo dados dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1985 e 1995-1996, encolheu em termos de número de estabelecimentos em 16,23%, e em termos de área total de produção de culturas temporárias em 19,92% e permanentes em 23,85%, refletindo na redução das ocupações na agricultura em 23,35% e no grave decréscimo da renda de suas unidades produtivas (FERNANDES FILHO, 2001).

Apesar disso, para Vicente, Anfalos e Caser (2001), a abertura econômica possibilitou a disputa dos mercados, com consequente aumento da eficiência produtiva dos complexos agroindustriais; e conforme Diógenes (1992), o aumento da produtividade agrícola nesse período contribuiu para a expansão da fronteira agrícola, embora de forma heterogênea e muito seletiva, beneficiando principalmente as regiões Sudeste, em detrimento do Nordeste brasileiro, aumentando também as disparidades intrarregionais do meio rural no país.

Mesmo assim, o processo de abertura comercial assistido na década de 1990, inegavelmente se configura como marco institucional que deu vigor ao agronegócio brasileiro no âmbito internacional, somado ao profundo viés neoliberal que se instituiu durante o processo, embora desregulamentações setoriais viessem sendo implementadas desde meados dos anos 1980 como a extinção de várias agências reguladoras como o Instituto Brasileiro do Café (IBC), Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), dentre outros, como apontam Jank e Nassar (2000), forçando os setores agroexportadores a se tornarem mais competitivos, a fim de assegurarem sua permanência nos mercados, antes mesmo do aprofundamento da abertura comercial, quando Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) verificam a eliminação dos níveis competitivos de taxa de câmbio e dos intensos incentivos ao setor exportador. Nesse contexto, Saes (2000) destaca a capacidade adaptativa das organizações às mudanças institucionais, de



caráter principalmente legislativo, como um elemento de incremento da competitividade, traduzido no aumento da eficiência das firmas.

Concomitante ao processo de abertura comercial, também se verifica a abertura financeira em que se registra a maciça entrada de investimentos estrangeiros no Brasil, que somada à orientação neoliberal da política explicam a arquitetura do processo de reestruturação da produção em todo território nacional. Nesse contexto, é observada a dominação das áreas úmidas e cerrados do Nordeste por empresas multinacionais que passam a comandar o eixo de produção moderna da agricultura; incluindo no circuito do *agribusiness* e às áreas selecionadas já existentes, as manchas verdes e irrigadas, pertencentes aos “eixos nacionais de integração e desenvolvimento” com um viés para o desenvolvimento local, segundo as prioridades do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e em consonância com os seus programas Brasil em Ação (1996) e Avança Brasil (2000-2003). Estas novas áreas selecionadas de acordo com suas características estratégicas em termos climáticos, topográficos, logísticos, infraestrutura potencial e mão-de-obra, a partir de 1998, passaram a contar com a coordenação do Banco do Nordeste na articulação da iniciativa privada, pública e local, e dentro do conceito de “Empreendimento Integrado” passaram a ser chamadas de Polos de Desenvolvimento Integrado, em que o viés produtivo agroexportador das áreas pontuais do Nordeste foi fortemente dinamizado.

A consolidação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Acordo Agrícola que regulamenta o comércio exterior de produtos agrícolas, bem como a consolidação dos blocos econômicos como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Pacto Andino, acordos bilaterais com outros países, mas particularmente a consolidação do Mercosul em 1991, em que se verificou um processo simultâneo de aceleração da redução das alíquotas de exportação, até que, de acordo com Baumann, Canuto e Gonçalves (2004), o advento do Plano Real permitisse a antecipação da formação da Tarifa Externa Comum do Mercosul em 1994, beneficiou particularmente o setor agrícola, o qual identificou a oportunidade de ganhos de competitividade engendrados do acesso a insumos químicos e equipamentos importados mais baratos que vieram tornar o setor mais eficiente e produtivo nos anos subsequentes, resultado também da sobrevalorização cambial assistida entre os anos de 1994 e 1998. Rezende (1997) apud Lucena e Souza (2000) destaca ainda que esse período de drástica valorização cambial no início do Plano Real também constitui um fator de incremento das importações de *commodities* agrícolas como o milho, arroz, algodão e trigo, afetando negativamente o saldo da balança

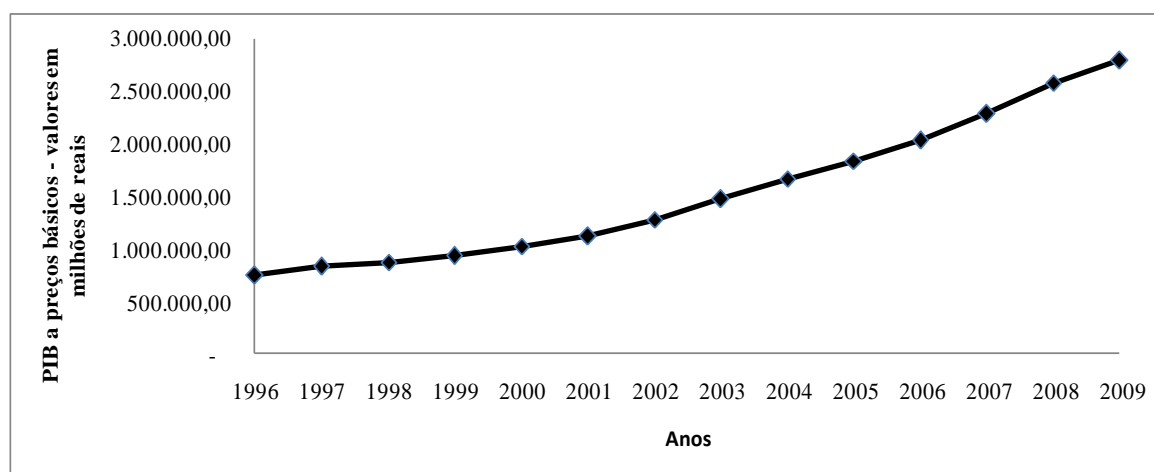


comercial, mas paradoxalmente contribuindo para a estabilização dos preços internos, além de estabelecer contrapartida das exportações brasileiras de manufaturados para o Mercosul.

A consolidação do processo de estabilização é verificada no ambiente econômico brasileiro a partir de 1996 quando, em decorrência da implementação do Plano Real, a trajetória continuamente decrescente apresentada pela taxa de inflação rompe de vez com a conjuntura de estagnação econômica que imprimiu nos anos 1980 o estigma de “década perdida”.

A retomada do crescimento econômico induziu o PIB a trilhar uma trajetória ascendente a partir de 1996. Contudo, a dinâmica econômica relatada, constitui antes de tudo, reflexos da aplicação, bem como manutenção de políticas que permitiram que o crescimento econômico no longo prazo se desse de forma continuada, como mostra o Gráfico 1:

Gráfico 1– Brasil: PIB a preços básicos (1996-2009) – valores em milhões de reais.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE fornecidos pelo IPEA.

Em 1996, a política monetária orientada com vistas para o equilíbrio externo viabilizou o crescimento econômico, tendo o cuidado de evitar que o processo de estabilização sofresse pressões da demanda agregada ou se desviasse das metas estabelecidas para o saldo em transações correntes. Não tendo sido esta a única medida implementada, a manutenção da trajetória decrescente dos níveis de preços que pôs fim ao processo inflacionário dinamizando o ambiente econômico brasileiro, resultou ainda de um conjunto de medidas políticas relatadas nas análises de conjuntura do BACEN para o período, dentre as quais se destacam:

- a implementação de uma política de liberação creditícia associada à redução gradual da taxa de juros que, apesar de ter reduzido a remuneração dos capitais externos (taxa

de juros *over-selic* descontada da desvalorização cambial), não inibiu o fluxo dos investimentos estrangeiros em portfólio<sup>2</sup>, também positivamente afetado pela realimentação das expectativas com a retomada do crescimento, responsável também pela captação recorde de investimento estrangeiro direto, imprimindo ares de confiança no ambiente econômico do país;

- adoção de medidas de estímulo à permanência de investimento produtivo estrangeiro de longo prazo no país, em detrimento das inversões de curto prazo;

- condução da política cambial com base em minibandas deslizantes através de pequenas desvalorizações nominais do câmbio, com o objetivo de prevenir ataques especulativos;

- políticas de incentivo à exportação envolvendo a adoção de medidas protecionistas para os setores têxtil, automobilístico e de brinquedos, em consonância com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC); redução da carga tributária do setor exportador; e a concessão de financiamentos direcionados principalmente aos setores mais vulneráveis e aos de maior potencial, como forma de elevar a competitividade do país nos mercados externos.

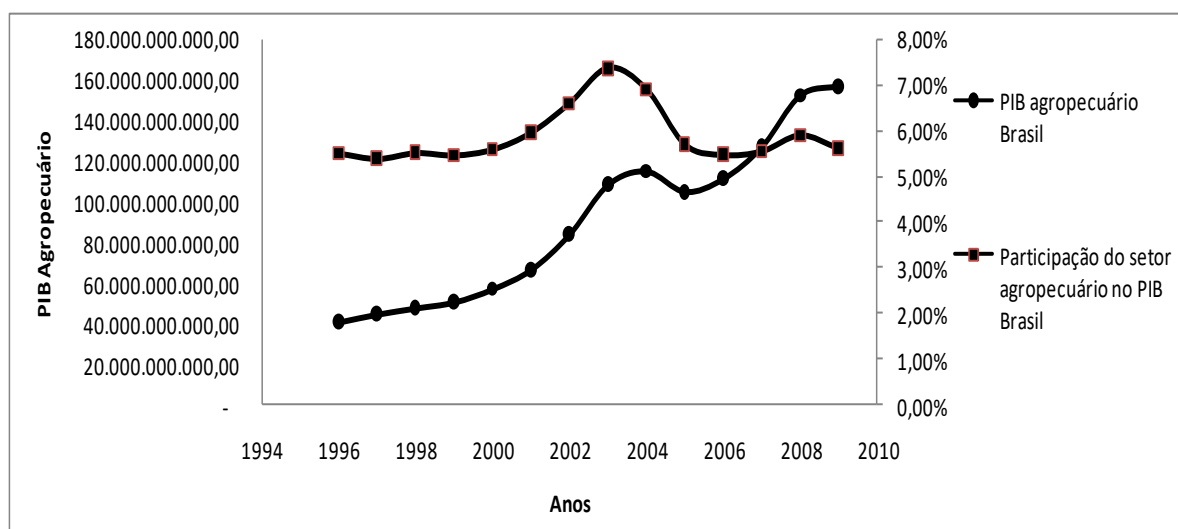
Ao longo do ano (1996), foram também adotadas diversas medidas direcionadas ao controle fiscal nas esferas estaduais e federal, com o objetivo de reduzir o *déficit* público e elevar as receitas, tais como adoção dos programas de desestatização, enxugamento da folha de pagamento e controle do endividamento.

A dinâmica econômica do Brasil no período de pós estabilização que levou o país a trilhar uma trajetória ascendente de crescimento foi, em parte, resultado do desempenho do setor agrícola, como mostra o gráfico 2, com reflexos sobre o nível de renda agropecuária.

---

<sup>2</sup> De acordo como o Relatório do Banco Central para o ano de 1996, o investimento estrangeiro em portfólio atingiu a cifra de US\$ 6 bilhões de dólares no período, a captação de crédito externo de médio e longo prazo chegou a US\$ 12,8 bilhões; e o investimento estrangeiro direto alcançou os US\$ 9 bilhões.

Gráfico 2 – Evolução do PIB agropecuário e da participação da agropecuária no valor adicionado a preços básicos. Brasil (1996 – 2009)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE fornecidos pelo IPEA.

Os resultados da estabilização econômica promovida pela eficácia da implementação do Plano Real passaram a ser mais fortemente sentidos a partir de 1996. Assim, nesse período, apesar da obstrução de créditos de custeio para produtores em situação de inadimplência terem constituído um fator restritivo do nível de produção agrícola, assim como a queda de preços agrícolas, que gerou desestímulo à ampliação das lavouras de algumas culturas como oleaginosas, legumes e cereais, resultando em retração de 0,8% do nível de produção, o setor agropecuário conseguiu registrar em 1996, expansão de 3,1%, alavancada pela ampliação do consumo de proteínas (em decorrência da recuperação do poder de compra possibilitado pela estabilização econômica, bem como pela elevação dos ganhos reais) e crescimento das exportações de aves e carne suína, que permitiu que a produção animal se elevasse em 7,8%.

No âmbito da política agrícola, o setor foi beneficiado pela implementação do zoneamento agrícola, que buscou compatibilizar as características das áreas produtivas com as culturas mais adequadas, introduzindo ainda o uso de tecnologias redutoras de custos e amplificadoras da produtividade. Medidas adicionais como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) direcionadas à capacitação do pequeno produtor rural e à modernização das pequenas unidades produtivas, também se mostraram importantes para o incremento do produto, assim como as diretrizes traçadas para a safra

1995/96 em que, em consonância com a conjuntura de estabilização econômica e abertura comercial registra-se que:

Os financiamentos passaram a ser feitos com juros fixos de 16% ao ano. Concomitante, procurou-se reformular as fontes de recursos, buscando difundir o uso de instrumentos para captação, por intermédio de mecanismos dos mercados de opções e de futuro: criaram-se alternativas para fontes mais baratas, como a captação de recursos no exterior, diminuindo, conseqüentemente, a dependência das fontes tradicionais, principalmente a dos recursos públicos (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 1996, p. 21-22).

As políticas econômicas implementadas em 1996 se mantiveram em curso em 1997, tendo sido algumas ações aprimoradas (particularmente no campo do comércio exterior, em que se buscou trabalhar o fortalecimento da posição do país nas negociações internacionais), e outras acionadas em caráter emergencial (como a intensa atuação das autoridades monetárias em resposta aos ataques especulativos, com o objetivo de minimizar as oscilações do câmbio), de modo que a tendência de crescimento econômico em 1997 não foi interrompida, tendo o PIB brasileiro apresentado crescimento de 3,85% em relação a 1996, conforme os dados do IBGE disponibilizados pelo IPEA, apesar das mudanças no contexto internacional decorrentes da crise financeira do sudeste da Ásia.

No setor agropecuário, a implementação do programa de securitização que regularizou as dívidas agrícolas permitindo a reabertura dos canais de crédito de custeio para os produtores, somado à recuperação dos preços agrícolas no mercado interno, estabilizados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que fixou preços mínimos para os produtos agrícolas em consonância com as condições de mercado, estimularam a ampliação das lavouras, resultando em crescimento de 5,5% na safra de leguminosas e oleaginosas, com ampliação da área plantada em 0,3%; embora o excesso de chuvas no Paraná e a estiagem no Rio Grande do Sul tenham afetado as culturas de feijão, soja e trigo; e a redução da área plantada da cultura de arroz em consequência da situação de endividamento dos produtores, insatisfação com os níveis de preços, ausência de políticas agrícolas direcionadas à rizicultura e concorrência em termos de preço e qualidade do produto argentino e uruguaio, resultando em expansão da produção agrícola em nível menor que o esperado: 2,8%.

Contudo, em decorrência da retração nos resultados da produção animal em 2,5%, particularmente na produção de bovinos e suínos, que, conforme o IBGE, apresentou retração de 4,8% no abate, embora a avicultura, sob a influência das baixas cotações do milho (principal

insumo do setor), tenha apresentado crescimento de 9,5% no abate; e as exportações tanto de aves quanto de carnes bovina e suína tenham crescido em 15,6%, 14,5% e 4,1% respectivamente, a expansão do setor agropecuário em 1997 situou-se em torno de 1,2% apenas.

Em relação à política agrícola do período, destacam-se a manutenção de benefícios do Pronaf, assim como a criação de instrumentos de comercialização menos onerosos que os Empréstimos do Governo Federal com Opção de Venda (EGF/COV)<sup>3</sup>, como o contrato de opção de venda e o Prêmio de Escoamento do Produto (PEP)<sup>4</sup>, que garantiam a venda da produção ao governo a um preço mínimo; além da criação do Empréstimo do Governo Federal (EGF) para a agroindústria com o objetivo de acelerar o processo de comercialização dos produtos agrícolas. Assim, de acordo com o Banco Central:

Esses instrumentos, tendo o preço mínimo como referência, aliados aos mecanismos já existentes – aquisição do governo federal (AGF) e empréstimos do governo federal sem opção de venda (EGF/SOV) – preservaram a capacidade de intervenção oficial nos mercados agrícolas no limite indispensável, deixando aos agentes privados a escolha de alternativas mais convenientes (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 1997, p. 26).

Em 1998, os rebatimentos da crise internacional deflagrada pela crise financeira asiática foram mais fortemente sentidos na economia brasileira, quando também a Rússia passou a apresentar fortes sinais de instabilidade econômica, culminando com a declaração de moratória em setembro de 1998. Em consequência destes episódios econômicos, o mundo assistiu um processo de reversão do fluxo de capitais para ambientes mais seguros (em detrimento das economias em desenvolvimento), que prejudicou a liquidez do país, gerando necessidade de recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a recomposição das reservas perdidas<sup>5</sup> necessárias para a preservação da política cambial.

Nesse contexto, a necessidade de adoção de políticas restritivas como forte ajuste fiscal, redução do crédito e elevação da taxa de juros desaceleraram o ritmo de crescimento econômico interno, com forte retração da demanda de bens duráveis (em consequência da redução do rendimento médio decorrente da elevação dos níveis de desemprego<sup>6</sup>) – o que

---

<sup>3</sup> Alterados em decorrência das restrições financeiras do Tesouro Nacional, inviabilizando a concessão de empréstimos vinculados ao empréstimo de comercialização antes do período de plantio.

<sup>4</sup> Regularizado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento através da Portaria nº 667 de 6.12.96.

<sup>5</sup> A intervenção das autoridades monetárias no mercado de câmbio para a contenção do desequilíbrio custou cerca de US\$24 bilhões apenas entre agosto e setembro de 1998, de acordo com dados do BACEN.

<sup>6</sup> O incremento das taxas de desemprego no período, além de ter sido consequência do desaquecimento econômico, resultou ainda da adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra como estratégia competitiva via redução dos

favoreceu a trajetória decrescente dos preços, apesar de contrabalançada pelo aumento da demanda de bens não duráveis, em especial, os itens de supermercado. A demanda em nível global também sofreu contração, contudo, tal movimento regressivo da economia foi em parte, compensado pela performance favorável da economia norte americana. O suporte financeiro liberado: “(...) em uma linha de crédito no total de US\$41,5 bilhões cujos desembolsos [seriam] efetivados durante cinco anos, a partir de dezembro de 1998, concentrados nos primeiros 12 meses (...)” (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 1998, p.11), foi suficiente para reverter o cenário de incertezas, permitindo que as taxas de juros básicas voltassem a cair; mas o desempenho do PIB refletiu as consequências das medidas restritivas adotadas ao longo do ano, apesar de não ter rompido sua trajetória ascendente, embora o crescimento econômico tenha registrado taxas bem menores (0,7%) em relação ao período anterior, implicando em queda de - 3,15%, conforme o IPEA.

A crise asiática também resultou em tendência de queda dos preços das *commodities*, provocando repercussões negativas sobre a produção do setor agropecuário que em função disso registrou expansão bastante moderada, apenas 0,4%. Tal crescimento deu-se em decorrência da ampliação da produção animal em 3,9% com participação de 12% da suinocultura, 1,5% da bovinocultura (favorecida pela competitividade de preços em relação à Argentina e ao Uruguai, e pela exclusão do Rio Grande do Sul e Santa Catarina dos focos de febre aftosa), e 7,9% da avicultura, sustentada principalmente pela demanda interna, dado que, de acordo com a Associação Brasileira de Exportadores de Frango (Abef), a instabilidade externa provocou retração de 6% nas vendas do produto no mercado externo.

A produção agrícola do período sofreu retração de 0,2% das lavouras e de 7,3% da extração vegetal, em consequência das adversidades climáticas provocadas pelo fenômeno *El Nino*, que pelo excesso de chuvas no Sul e pela escassez de chuva no Nordeste prejudicou as safras de arroz, milho, feijão e trigo, as quais apresentaram decréscimo de 16,1%, 15,3%, 29,5% e 9%, respectivamente; em contrapartida com a produção de soja que se expandiu em 18,6%, em consequência das pressões altistas dos preços no mercado internacional, provocadas pela redução dos estoques mundiais; ampliação da produção do café em 44,4% em resposta à elevação das cotações internacionais; e crescimento da produção de algodão herbáceo com caroço em 46,4% em que “...tal desempenho deveu-se à valorização do produto ao longo de

---

custos de produção, de acordo com os parâmetros de reestruturação produtiva que vinham sendo implementados. Destaca-se também que no mesmo período, o Governo Federal buscou reverter os crescentes níveis de desemprego através da flexibilização das relações trabalhistas (a partir de 1998), como medida de incentivo à contratação.

1997, em consequência da inversão das condições privilegiadas para as exportações presentes no ano anterior” (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 1998, p. 30).

Em 1999, ainda em decorrência dos desdobramentos da crise russa, o regime de minibandas teve que ser abandonado em favor do regime de câmbio flutuante. Como medidas centrais<sup>7</sup>, a política monetária também extingue as bandas de flutuação para a taxa de juros, passando a adotar meta para a taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central e metas para a inflação. A política fiscal manteve-se restritiva, estabelecendo, em especial, limites rígidos para as despesas com a folha de pagamentos (Reforma Administrativa) e a perseguição de *superávits* primários ao longo do todo o ano<sup>8</sup>.

Apesar da alteração no regime cambial e da conjuntura internacional, em que foram registradas pressões altistas do preço do petróleo e contração dos preços das *commodities* agrícolas, o compromisso com a continuidade do processo de estabilização econômica expresso de forma transparente na condução das políticas ao longo do ano, contribuiu para reverter as expectativas econômicas, além de ter reacendido a confiança dos investidores externos.

Esperava-se que todos esses fatos impactassem negativamente o crescimento do produto. Contudo, contrariando as expectativas, a evolução econômica do período foi positiva, permitindo que o PIB apresentasse crescimento acumulado de 1,01%, conforme o IBGE.

Parte dessa performance deu-se em razão do arrefecimento das más condições climáticas, além da expansão das exportações agropecuárias, que permitiram que o setor agropecuário assinalasse crescimento de 9,5%, representando o melhor desempenho setorial na composição do PIB do período, com participação de 11,3% da produção agrícola e 7,4% da pecuária.

Nesse contexto, os instrumentos já existentes de condução da política sofreram apenas certo grau de aprimoramento das regras para fomento das safras de 1998/1999, tais como a ampliação da alocação de recursos destinados ao crédito rural e investimento em 37% em relação ao período passado, e a redução da taxa de juros de 9,5% para 8,75% ao ano; redução

---

<sup>7</sup> Para maiores detalhes sobre o conjunto de medidas implementadas pela Política Monetária do período, consultar: BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, v. 35, 1999.

<sup>8</sup> De acordo com o BACEN, o período de 1999 registrou *superávit* de R\$ 31,1 bilhões, correspondentes à 3,1% do PIB registrado no mesmo ano.

da taxa de juros das operações de custeio do Pronaf de 6,5% para 5,75%, e ainda, a criação do crédito rotativo dentro do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger).

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, essas ações, somadas ao bom desempenho climático do ano, resultaram em expansão da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em 9,9%, em que o crescimento da produção de milho, em virtude da recuperação dos preços, situou-se em 9,1%; a rizicultura apresentou ampliação de 51,6%, impulsionada pela recuperação dos preços em decorrência da redução dos estoques e encarecimento do arroz importado; a produção de trigo expandiu-se em 5,9% – nível ainda insuficiente para suprir a demanda interna, provocando necessidade de importação de 6,8 milhões de toneladas de trigo, devido à redução da área plantada em 11,2%, em consequência do aumento de custo de produção ocasionado pela valorização do real e defasagem do acesso ao crédito de custeio. Já a cultura de café apresentou decréscimo de 5,5% devido ao período natural de redução da produtividade; assim como a sojicultura que, sob efeito desestimulante das baixas cotações do produto no mercado internacional, apresentou redução de 1,9%.

A persistente tendência de crescimento da produção animal (7,4%) deu-se em virtude da ampliação das exportações de carne bovina (81,5%) direcionadas principalmente ao mercado consumidor africano e oriental médio; crescimento das exportações de frango (26%) em decorrência do reaquecimento das economias asiática e europeia; embora a exportação de carne suína tenha sofrido decréscimo de 1,9%.

No ano 2000, a retomada do crescimento econômico brasileiro solidifica suas bases à revelia da instabilidade instaurada no cenário externo desde a crise asiática em 1997, cujos rebatimentos só viriam a ser plenamente absorvidos no último trimestre de 2000. Prova disso, o resultado do PIB registra expansão de 4,5% em relação ao ano anterior, de acordo com o BACEN.

Tal crescimento é assinalado numa conjuntura de contínua redução das taxas de inflação (com respectivo cumprimento da meta previamente estabelecida para o período), ampliação dos vínculos formais de trabalho<sup>9</sup> (contribuindo para a intensificação do consumo interno) e das atividades informais, crescimento do crédito (como reflexo da redução do recolhimento compulsório dos bancos, acionando o poder de criação de moeda das instituições

---

<sup>9</sup> A taxa de desemprego aberto para 2000 atingiu 7,1% contra 7,6% do ano anterior (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2000).



bancárias; e da redução das taxas básicas de juros, contribuindo para alavancar o crescimento da demanda agregada pela ampliação do consumo e investimento).

A austeridade fiscal resultou em superávits primários<sup>10</sup> que contribuíram para resgatar a confiança dos investidores internos e externos, promovendo ainda, a recuperação do saldo das contas externas em 45%, apesar do incremento das importações em 13,2%, em função do aumento do preço do petróleo e das compras de matérias-primas e bens intermediários, em particular, itens para o reaparelhamento industrial com o objetivo de alavancar as exportações no médio prazo.

Nota-se que em 2000, a expansão do setor agropecuário foi bem mais modesta, em consequência do baixo crescimento do produto agrícola (2,8%) e pecuário (3,3%) em relação aos valores apresentados no ano anterior; embora as diretrizes do Plano Agrícola para a safra de 1999/2000 tenham ampliado em R\$ 3 bilhões o montante direcionado aos empréstimos de custeio com manutenção da taxa de juros em 8,75% a.a., e redução das taxas de juros das operações de crédito do Pronaf de 5,75% a.a. para um limite mínimo de 2% a.a. e máximo de 4% a.a.

A retração da produção agrícola em 2000 deu-se principalmente em virtude dos períodos de estiagem e/ou geadas que prejudicaram o crescimento das lavouras dos importantes centros produtores como as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Mesmo assim, a cultura de soja expandiu sua produção em 5,8%, impulsionada principalmente pela recuperação do preço no mercado externo; a rizicultura ampliou sua produção em 51,6%; a produção de feijão cresceu em 6,7%; e o café em coco elevou sua produção em 11,7%; apesar da produção de milho ter sofrido redução de 1%, e a triticultura ter-se contraído em 31,8%.

Já a expansão da pecuária em 3,3% (quando em 1999 o setor apresentou crescimento de 7,4%) teve ampliação sustentada pelo crescimento da produção de carnes suína em 8,8%, frango em 8,6% e bovina em 2,4%, devido à ampliação das exportações principalmente das carnes bovina (27,4%) e de frango (19,3%).

---

<sup>10</sup> Tendo sido também reflexo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o superávit consolidado do setor público para o ano de 2000 atingiu um percentual de 3,6% do PIB, contra 3,2% registrado em 1999, superando as metas exigidas pelo FMI, ativando a capacidade de formação de poupança pública, essencial para a estabilização da relação dívida/PIB (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2000).

Em 2001, a deterioração do cenário internacional em decorrência da crise econômica da Argentina, resultante dos desequilíbrios fiscais e conflitos de cunho social e político gerou perda de credibilidade na emissão do peso argentino com lastro em dólar norte americano (*Currency board*), culminando na mudança do regime de câmbio, em que se adotou o câmbio flutuante; somada ainda com a recessão nos Estados Unidos em consequência dos atentados de 11 de setembro; ao decréscimo econômico da zona do euro; à estagnação da economia japonesa; e à crise energética que assolou o Brasil, as expectativas de crescimento econômico nacional foram fortemente abaladas, exigindo austeridade na administração das políticas econômicas, com o intuito de conter as pressões inflacionárias, e preservar os níveis de produto e de emprego.

Na condução da política monetária, o cumprimento da meta de inflação foi preservado através das elevações graduais da taxa Selic a partir de seu piso de 15,25% a.a. registrado em janeiro, para 19% a.a. até março (restringindo o crédito), sem alterações subsequentes. Medidas adicionais de desestímulo à retenção de divisas também foram acionadas.

Intervenções no mercado de câmbio também se mostram necessárias para conter a volatilidade da cotação da moeda que, conforme o BACEN, atingiu em outubro o recorde de desvalorização – R\$ 2,84/US\$. As oscilações do câmbio afetaram a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) que, em decorrência principalmente do reajuste dos preços administrados (gasolina, energia elétrica, transporte público, água e esgoto, entre outros), extrapolaram a meta para a taxa de inflação; contudo, resultaram na reversão do saldo deficitário da balança comercial US\$ 749 milhões, pela ampliação das exportações em 6%, para um superávit de US\$ 2,6 bilhões no ano seguinte, contribuindo, junto com a captação de recursos oriundos da renovação do acordo com o FMI, para o incremento no estoque de reservas internacionais, que em dezembro de 2001 alcançaram a cifra de US\$ 35,9 bilhões.

Todas essas circunstâncias econômicas internas e externas resultaram na desaceleração do crescimento do PIB, que apresentou taxa de variação de apenas 1,5%, quando as estimativas iniciais para o ano de 2001 giravam em torno de 4,5%, de acordo com o Banco Central.

Contudo, de acordo com as análises do Banco Central, parte do desempenho econômico do período (quando a produção registra crescimento de 18,4%) resultou do desempenho do setor agropecuário, o qual sofreu ajustes realizados nas políticas do Plano

Agrícola<sup>11</sup> direcionadas ao atendimento uniforme a todas as culturas, tais como a elevação do financiamento rural, dos recursos para investimento e dos créditos de custeio em 19,1%, 59,5% e 15,5%, respectivamente; das políticas verticais inovativas, tais como o Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas, Programa de Desenvolvimento à Apicultura, Programa de Apoio à Fruticultura e Programa de Desenvolvimento à Ovino caprinocultura, direcionadas aos setores específicos de regiões consideradas estratégicas para a agropecuária brasileira; sendo também, resultado da eficiência das diretrizes da política agrícola de longo prazo, implementadas pelo Governo Federal desde 1995 e 1996, dentre as quais se destacam:

- Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo (Prosolo);
- Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota);
- Programa de Incentivo à Mecanização, Resfriamento e Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite);
- Agência Especial de Financiamento Industrial-Agrícola (Finame Agrícola)<sup>12</sup>;
- Contratos de Opções;
- Prêmios de escoamento da Produção (PEP);
- Preços de Liberação de Estoques Públicos (PLE).

No significativo crescimento da produção de grãos em 2001, destaca-se a safra recorde de milho que se expandiu em 30,09% e a safra de soja que sofreu ampliação de 15,20%. Na pecuária, o segmento de maior destaque foi o de carne suína (17,9%), seguido pelas carnes bovina e de frango, cuja produção apresentou expansão de 10,8% e 9,5%, respectivamente, em que a elevação do volume exportado se situou em 102% para a carne suína, 85,9% para a carne bovina e 38,8% para o frango.

Em 2002, ainda em decorrência dos rebatimentos econômicos negativos do ano anterior, conforme o Banco Central, o PIB a preços de mercado apresentou crescimento real de 1,5%, muito aquém do potencial produtivo do país. A modesta expansão do PIB também

---

<sup>11</sup> Publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

<sup>12</sup> Financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

refletiu o cenário de incerteza instaurado pelo processo de transição política (ano eleitoral) do Brasil.

No cenário internacional, as expectativas acerca da recuperação da economia americana foram frustradas pelo crescimento pouco acentuado apresentado pelo país, além de terem sido afetadas tanto pela constatação de fraudes contábeis em grandes corporações (também europeias), refletindo na queda das bolsas internacionais; quanto pela declaração de guerra contra a nação iraquiana, resultando na volatilidade do preço do petróleo, obstaculizando a recuperação econômica mundial.

Nesse contexto de instabilidade, o crescimento da aversão ao risco levou à reorientação do fluxo de capitais para economias mais seguras, em detrimento das economias em desenvolvimento. Assinala-se que, sob influência da redução dos investimentos diretos líquidos em US\$18,4 bilhões, a América Latina registrou fluxo financeiro privado líquido negativo na ordem de US\$ - 22,6 bilhões. No Brasil, os investimentos estrangeiros diretos líquidos sofreram retração de US\$ 5,9 bilhões, contudo tal influxo foi contrabalançado pela ampliação do saldo superavitário em transações correntes (US\$ 13,1 bilhões contra apenas US\$ 2,7 bilhões no ano anterior) resultante do expressivo crescimento das exportações em 3,7% correspondente a um montante de US\$ 60,4 bilhões, embora a utilização de recursos desembolsados pelo FMI através do Programa de Assistência Financeira (PAF) tenha sido inevitável para o financiamento do balanço de pagamentos (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2002).

A extrema volatilidade da moeda nacional que, em decorrência do processo de transição política, sofreu depreciação real em patamares superiores a R\$3,00/US\$ (impactando os preços livres com repercussão principalmente sobre as matérias-primas, que são *commodities* e os itens alimentícios), elevando de forma acentuada o risco Brasil<sup>13</sup> que de 857 pontos cresce para 2.340 a partir de abril, obrigando a política monetária a assumir posição restritiva por meio de Circulares<sup>14</sup> que, dentre outras medidas, ampliou em 5% as alíquotas de recolhimento compulsório das operações cambiais.

Contudo, a austeridade monetária assumida até então não foi capaz de reverter a tendência altista da moeda norte americana, dado que as expectativas em torno do processo eleitoral tornavam os títulos do governo papéis inseguros, de modo que sua colocação no

---

<sup>13</sup> Medido pelo *Emerging Market Bond Index* (Embi-Brasil).

<sup>14</sup> Para maiores detalhes consultar: Boletim do Banco Central, 2002.

mercado exigia taxas de remuneração bastante elevadas. Nesse ínterim, o dólar norte americano apresentou a mais elevada cotação já registrada desde a instauração do Plano Real – R\$ 3,95/US\$ –, afetando as taxas de inflação tanto pelo reajuste dos preços monitorados, quanto pelas consequências da entressafra agrícola, fazendo-a alcançar os maiores índices durante a vigência do Plano Real.

Nesse contexto:

[a necessidade de recuperação dos ganhos] (...) associados à manutenção da inflação em patamar reduzido e a convergência da trajetória futura dos índices de preços às metas de inflação [levou] o Banco Central a elevar em três ocasiões, a meta para a taxa Selic, de 18% a.a. para 21% a.a. em outubro, 22% a.a. em novembro e 25% a.a. ao final de 2002.” (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2002, p.14)

Com a conclusão do processo eleitoral, a reafirmação do novo governo com o compromisso de manter a estabilidade dos preços e o controle fiscal reorienta as expectativas dos agentes de forma positiva, resultando na apreciação da moeda nacional a partir de então, reacendendo perspectivas favoráveis acerca do crescimento nos anos subsequentes.

Nesse contexto, observou-se que no campo agropecuário, embora a produção de arroz e feijão tenham apresentado expansão de 2,7% e 20,3%, respectivamente; e apesar da elevação dos preços internacionais terem estimulado a sojicultura (que registrou crescimento da quantidade colhida em 11,3%) e a cultura do café (que apresentou produção histórica de 40,7 milhões de sacas de 60 kg, representando expansão de 26,9%); o total da produção de grãos sofreu rebatimentos negativos de -1,4% em relação à safra anterior, por consequência dos períodos de estiagem nas áreas de plantio concentradas em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que provocaram retração de 14,3% e 10% na produção de milho e trigo, respectivamente.

O decréscimo da safra de milho refletiu negativamente no custo de produção de carne suína e de frango. Mesmo assim, estimulado pelo crescimento da demanda externa, o segmento de carne suína registrou ampliação de 18,4% seguido das produções de frango (9%) e de carne bovina (7,7%); que apresentaram crescimento das exportações em 81,3%, 28,2% e 16,4%, respectivamente.

Nesse período, os programas específicos da política agrícola, tais como o Moderfrota, Propasto, Prosolo e Proleite, além da Cacauicultura foram beneficiados pela ampliação dos recursos do BNDES em 22,5% em relação ao ano anterior. Os recursos da

Caderneta de Poupança Rural<sup>15</sup> foram expandidos para a agroindústria, beneficiamento e comércio de produtos e insumos agropecuários.

O Plano de Safra 2002/2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) também disponibilizou um montante de R\$ 21,7 bilhões a serem distribuídos entre custeio e comercialização da produção agrícola, Fundos Constitucionais, Finame-Agrícola e Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Observa-se, no entanto, que o Pronaf não foi contemplado por benefícios financeiros no período.

Tais medidas contribuíram para o bom desempenho do PIB<sup>16</sup> agropecuário nacional, que registrou variação positiva de 13,81%.

Os efeitos inerciais da inflação do ano eleitoral (consequente também dos choques externos) reverberaram em 2003, que constituiu um ano de estabilização e ajustamento em que se priorizou recuperar a confiança perdida dos agentes econômicos internos e externos.

O ajuste econômico exigiu a implementação de políticas econômicas severas. A rigidez da política monetária foi mantida, assinalando-se ações como a ampliação da alíquota de recolhimento compulsório dos bancos sobre os depósitos à vista, e as elevações graduais da meta para a taxa Selic de 25% a.a. para 25,5% a.a. já em janeiro, e para 26,5% a.a. a partir de fevereiro, nível em que se mantém até o final do primeiro semestre, surtindo efeitos imediatistas já entre fevereiro e abril, como a apreciação do câmbio que passa de R\$ 3,59/US\$ para R\$ 3,00/US\$.

A firmeza da política fiscal também se mostrou essencial na compatibilização dos superávits primários com a sustentabilidade da dívida pública.

Entrementes, até o final de abril as expectativas de inflação formuladas tanto para 2003 (12,5%) quanto para 2004 (8%) mostraram-se resistentes, situando-se em patamares bem acima das metas ajustadas para ambos os períodos (8,5% e 5,5% respectivamente), gerando perspectivas negativas quanto ao cumprimento das metas e à possibilidade de restituição de mecanismos de indexação. Diante disso, houve a necessidade de reafirmação da austeridade monetária em reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada em maio. Somente após este episódio é que as expectativas negativas dos agentes começaram a ser revertidas.

---

<sup>15</sup> De acordo com o Boletim do Banco Central (2002), até 2001 os recursos da Caderneta de Poupança Rural beneficiavam apenas os produtores rurais e as cooperativas agropecuárias.

<sup>16</sup> Os valores de PIB agropecuário são a preços básicos e fornecidos pelo IBGE e disponibilizados pelo IPEA.

Com a gradual eliminação das adversidades do ambiente macroeconômico, a política monetária pode ser flexibilizada a partir do início do segundo semestre, quando a inflação passou a declinar, de modo que a alíquota do compulsório sobre depósitos à vista pode voltar ao seu valor inicial, e a taxa Selic pode sofrer reduções gradativas, contraindo-se para 16,5% no último mês do ano.

O período de ajustamento fez com que o nível de atividade econômica apresentasse oscilações até que o episódio inflacionário fosse superado ao fim do primeiro semestre. A partir de então, a desaceleração da tendência inflacionária e a recuperação das expectativas alavancadas pela queda da taxa de juros com consequente reativação do crédito, e posteriores reflexos sobre o mercado consumidor de bens duráveis, níveis de investimento privado e demanda por bens de capital, conferiram a retomada do crescimento econômico em níveis semelhantes aos dos períodos recentes, quando o ambiente macroeconômico isentava-se de abalos, de modo que no acumulado, o PIB de 2003 apresentou apenas leve decréscimo de 0,2%, tendo o setor exportador constituído ao longo do ano a principal fonte de sustentação da atividade econômica, apresentando expansão de 14,2%, enquanto as importações declinaram em 1,9%, de acordo com dados do BACEN.

Nesse contexto, o crescimento do PIB agropecuário em 28,92% refletiu tanto a ampliação em 25,8% dos recursos destinados à comercialização e custeio da produção agrícola, liberados pelo Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004 do Mapa, quanto os valores adicionais disponibilizados pelo BNDES (R\$5,8 bilhões) para os Fundos Constitucionais<sup>17</sup>, Proger Rural e Pronaf. Além disso, salienta-se que:

No âmbito do Programa de Apoio à Comercialização e Estocagem de Produtos, além dos instrumentos básicos da PGPM e do crédito rural – Aquisição do Governo Federal (AGF), Empréstimos do Governo Federal (EGF), Cédula de Produto Rural (CPR), Notas Promissórias e Duplicatas Rurais – e da Linha Especial de Crédito e Comercialização (LEC), a proposta orçamentária do Mapa objetivou destinar R\$3 bilhões para aquisição direta de produtos, contratos de opções e programas de equalização de preços por meio de contratos de opção de venda, Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e Valor de Escoamento de Produto (VEP) (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2003, p. 37).

No desempenho do setor agrícola para o referido ano, assinala-se o crescimento da produção de grãos em 26,8%, alavancado pela ampliação da produção de soja (22,6%), que

---

<sup>17</sup> Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

sofreu influência positiva da elevação dos preços internacionais em decorrência do crescimento da demanda chinesa e da quebra da safra norte americana; milho (34,7%) favorecido pela elevação das cotações internacionais e ampliação da demanda do setor produtivo de carnes; trigo (102%) favorecido pelas adequadas condições climáticas somadas à utilização de grãos geneticamente modificados com o objetivo de ampliar a produtividade da cultura; e feijão (8,5%). Já as culturas de arroz e café sofreram contração de 2,6% e 21%, respectivamente; a primeira em decorrência do excesso de chuvas e a segunda em resposta às baixas cotações internacionais devido à contínua ampliação da oferta nos últimos anos.

A pecuária, estimulada pela conquista de novos mercados consumidores no exterior, registrou expansão de 6% no segmento de carnes bovina, seguida da produção de aves que cresceu em 3,7%, e de carne suína (1,7%); com elevação das exportações em 20,1%, 44,1% e 2% das carnes de frango, bovina e suína.

O ano de 2004 iniciou-se com perspectivas negativas quanto ao cumprimento das metas de inflação tanto para 2004, quanto para 2005, exigindo maior cautela na condução da política monetária. Diante disso, o Copom optou pela manutenção da taxa básica de juros em 16,5% a.a. até o fim de fevereiro, quando o relaxamento da persistência da inflação permitiu a realização de cortes consecutivos da taxa nos dois meses subsequentes, passando para 16% a.a., patamar em que foi mantida até setembro, quando em decorrência da incompatibilidade entre a ampliação da atividade econômica e o nível de utilização da capacidade instalada com a recuperação dos investimentos, ameaçaram o cumprimento das metas.

Nesse sentido, o Copom, permanecendo de sobreaviso ao monitorar o desempenho da economia, decidiu-se pelo reajustamento gradativo da Selic que chegou a 17,75% a.a. ao final de 2004.

A rispidez monetária produziu reflexos positivos sobre a inflação, fazendo com que o indicador que baliza o regime de metas para a inflação, o IPCA, se mantivesse dentro do limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ao registrar uma variação de 7,6%, apesar da influência negativa da elevação do preço do petróleo no mercado internacional.

A evolução da atividade econômica, entretanto, não foi abalada pela austeridade da política monetária, mantendo-se inclusive em expansão, alavancada pela ampliação dos gastos de investimento privado (reanimado pelas expectativas positivas quanto à firmeza na condução do ajustamento econômico para o equilíbrio), o qual estimulou o crescimento do emprego



setorial em níveis históricos<sup>18</sup> (com desdobramentos também sobre o setor informal<sup>19</sup>), o consumo de bens duráveis (em consequência da expressiva ampliação do crédito) e de bens não duráveis (devido à ampliação da renda), repercutindo na recuperação do mercado interno.

A política fiscal procurou priorizar a manutenção do equilíbrio fiscal, contribuindo para a acentuada redução (5,4 pontos percentuais) da relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, buscando também estimular investimentos em setores estratégicos através da instituição do Programa Investa Já e a criação do Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq), dentre outras ações<sup>20</sup>.

Nesse cenário em que o dinamismo do setor exportador ao apresentar saldo de US\$ 96,5 bilhões também constituiu fator preponderante para o aquecimento econômico de 2004, tendo inclusive proporcionado o inédito *superávit* comercial na ordem de US\$ 33,7 bilhões; o país apresentou o maior crescimento econômico já registrado desde 1994, com o PIB apresentando expansão de 5,2% (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2004).

Contudo, nem mesmo a ampliação em 45,5% do montante de recursos previstos pelo Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005, somado à elevação de 30% dos recursos direcionados ao Pronaf, além da manutenção dos demais instrumentos da política agrícola foram suficientes para evitar o significativo recuo do PIB agrícola, que apresentou crescimento de 6,05% contra 28,92% do ano anterior. Tal desempenho deu-se, principalmente, em consequência das adversidades climáticas, que atingiram as principais áreas produtoras do país, afetando as safras de soja (que também sofreu a incidência de pragas), milho e trigo, as quais apresentam decréscimo de 5,2%, 13,4% e 5,5%, respectivamente, representando retração de 3,7% na produção de grãos do país.

Mesmo assim, as culturas de arroz, feijão e café conseguiram apresentar performance positiva, assinalando crescimento na produção anual em 28,3%, 9,8% e 24,1%, respectivamente.

Observa-se também que a elevação dos preços do petróleo no período e dos insumos derivados como os fertilizantes, impactou negativamente nos custos de produção das culturas.

---

<sup>18</sup> O emprego formal do Brasil em 2004 apresentou incremento de 1.532 mil novos vínculos de trabalho distribuídos nos mais diversos setores, com destaque para a indústria de transformação (505 mil), setor de serviços (470 mil) e comércio (404 mil). (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2004).

<sup>19</sup> Para maiores detalhes consultar BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2004.

<sup>20</sup> Idem a 18.

No setor pecuário, registrou-se que o decréscimo das safras de grãos refletiu negativamente na produção de carne suína, que assinalou recuo de - 2,6%, embora a produção de carnes bovina e de frango tenha apresentado expansão de 19% e 13,4%, respectivamente, alavancado pela ampliação das exportações em 49,2% para a carne bovina, 26,1% para a carne de frango e 2,8% para a carne suína.

Ao longo de 2005, o crescimento da economia brasileira apresentou comportamento oscilante, começando o ano em baixa, em decorrência da necessidade de contenção do avanço da inflação, em que se buscou fazer com que suas taxas convergissem para as metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, a fim de preservar a estabilidade dos preços. Nesse sentido, a política monetária conservou seu caráter restritivo, mantendo a taxa de juros em evolução até o fim de maio (quando alcança 19,75% a.a., tendo iniciado o ano em 18,25% a.a.), dada a persistência dos focos inflacionários, refletindo na desaceleração da atividade econômica pela retração dos níveis de consumo, mas principalmente pela redução dos níveis de investimento.

Somente a partir de junho, quando a elevação da Selic começou a sofrer arrefecimento (mantendo-se fixa no patamar da última elevação 19,75% a.a.) é que a economia retomou seu crescimento, marcado por expansões do investimento privado e do consumo das famílias. Contudo, tal dinamização foi interrompida pela quebra da safra agrícola, resultando em recuo do nível de produto, também como reflexo do ajustamento de estoque do setor industrial, e de incertezas políticas que promoveram repercussões negativas sobre as expectativas dos agentes, embora o consumo tenha se mantido em progressão, como resultado da melhoria da renda real das famílias.

Com a identificação da natureza transitória dos focos inflacionários de curto prazo (reajuste dos preços domésticos dos combustíveis; e reversão dos preços dos alimentos em razão da quebra da safra agrícola), o Copom avaliando que a trajetória das metas de inflação não seria afetada, mantendo-se dentro dos limites estipulados para o ano, decidiu-se pela flexibilização da política monetária, através da redução gradual da Selic, a partir de setembro (finalizando o ano no patamar de 18% a.a.). Os reflexos desta ação foram evidenciados na retomada dos investimentos e na ampliação do crédito.

O crescimento ininterrupto do consumo, somado ao fim do processo de ajustamento dos estoques industriais e ao desempenho das exportações (que apresentaram novo recorde de US\$ 118,3 bilhões, gerando um superávit na balança comercial de US\$ 44,8 bilhões)

contribuíram para a manutenção do crescimento econômico em 2005, ano em que o PIB apresentou crescimento de 2,3% (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2005).

O recuo do PIB agropecuário em - 8,71% em decorrência da gravidade das irregularidades climáticas atingiu todas as culturas, também impossibilitou que o crescimento do PIB nacional fosse mais expressivo. A estiagem que assolou as safras das principais culturas provocou retração do volume total de grãos produzidos em -5,7%, resultando em queda das safras de arroz em casca, milho e trigo em -0,4%, 16,5% e 17,7%, respectivamente.

Nesse cenário, apenas a sojicultura, cotonicultura e a produção de feijão conseguiram apresentar algum modesto crescimento (2,6%, 1,6% e 3,3%, respectivamente) em relação à safra passada.

Nem mesmo a expansão das produções de carnes bovinas (7,4%), suína (15,4%) e de frango (11,9%) estimuladas pelo crescimento das exportações em 17,4%, 13,91% e 23%, respectivamente, foi suficiente para evitar o decréscimo do PIB agropecuário do período.

Mesmo assim, assinala-se que os recursos do BNDES em 2005 foram estendidos em 5,2%, assim como os recursos do Plano Agrícola e Pecuário 2005/2006 que foram ampliados em 12,4% e, como medida de estímulo, os preços mínimos de alguns produtos agrícolas foram elevados.

Em 2006, a dinamização do mercado externo em decorrência da celeridade do ritmo de crescimento das principais economias emergentes e do favorável desempenho da economia norte americana; somada à atmosfera macroeconômica estável do ambiente econômico interno, resultante da adequada condução da política monetária (com viés mantenedor da estabilidade dos preços), em conjunto com a responsável administração das contas públicas (culminando em sucessivos superávits fiscais 3,88% do PIB em 2006 contra 4,35% do PIB em 2005) e a adoção de medidas preventivas contra choques externos (elevação do estoque de reservas que em 2006 amplia-se em nível recorde, redução da dívida externa pública, dentre outras medidas<sup>21</sup>), reacenderam as expectativas dos agentes econômicos, consolidando a sustentabilidade do crescimento econômico brasileiro.

Nesse cenário de minimização das incertezas quanto ao rumo que as esferas políticas buscaram direcionar à economia, as expectativas de inflação sofreram deteriorização

---

<sup>21</sup> Para maiores detalhes sobre as medidas de política fiscal implementada em 2006, consultar Boletim do Banco Central (2006).

a ponto de situarem-se abaixo da meta estipulada (4,5%), apesar da elevação dos preços internacionais das *commodities*. Assim, a política monetária pode sofrer intensa flexibilização através de significativos cortes da Selic, que chegaram em dezembro a um percentual de 13,25% a.a., patamar em que foi fixado, possibilitando a ampliação dos investimentos, do crédito e do consumo (particularmente dos bens duráveis), impulsionando o crescimento real do PIB em 3,7%, que ao longo do ano sofreu influência positiva do desempenho do comércio exterior brasileiro, em que a balança comercial registrou crescimento superior ao de 2005 em 3,1%, totalizando um montante de US\$ 46,1 bilhões, em função do incremento das exportações em 16,2%, totalizando US\$ 137,5 bilhões, apesar das importações terem apresentado elevação de 24,2% em relação ao ano anterior (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2006).

Já o setor agropecuário, novamente sofreu com a instabilidade climática, em que se registraram perdas tanto pelo excesso de chuvas, quanto pela estiagem, além dos prejuízos decorrentes do surgimento e proliferação de doenças relacionadas aos fungos.

O crescimento da sojicultura situou-se em apenas 2,1%. As culturas de arroz e de milho também apresentaram recuo de -13% e -49,1%, respectivamente, em resposta às baixas cotações do mercado internacional. Já as safras de feijão e de café ampliaram sua produção em 13,1% e 21,2%, tendo esta última, sofrido influência positiva da recuperação dos preços da *commodity* no mercado externo.

O setor pecuário continuou sua expansão apresentando crescimento da produção de carne bovina (8,1%), suína (6,6%) e aves (3,4%); embora apenas a carne bovina tenha registrado crescimento das exportações (12,9%), dado que as carnes suína e de frango registraram recuo das vendas externas em -16,4% e -6,4%, respectivamente.

Mesmo assim, juntos, os setores agrícola e pecuário conseguiram recuperar a performance negativa do PIB agropecuário do país, apresentando ainda crescimento de 6,09%, conforme os dados do IBGE fornecidos pelo IPEA.

No campo da política agrícola, assinalou-se a ampliação dos recursos previstos pelo Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007 em 12% e a manutenção da política de preços mínimos das culturas mais importantes; além da ampliação das linhas de crédito de alguns programas financiados pelo BNDES como o Moderfrota e o Finame Agrícola.

Já no início de 2007, o Banco Central deu continuidade à estratégia de flexibilização da política monetária, realizando cortes sucessivos de 0,25% da taxa Selic, que chegou em abril

ao patamar de 12,50% a.a., refletindo cautela quanto ao crescimento da variação dos índices de preço registrados nos últimos meses de 2006. Contudo, com a percepção do caráter transitório da alta dos preços, o ritmo da redução da meta Selic pode ser acelerado sem prejudicar a convergência para a trajetória das metas de inflação.

Mas, a partir de outubro quando se observou que o impacto positivo que o setor externo vinha exercendo sobre o preço dos bens transacionáveis não seria suficiente para conter a inflação dentro dos limites estabelecidos, dado que o aquecimento da demanda doméstica pressionava para cima os preços dos bens não transacionáveis em maior proporção. Assim, como medida preventiva para a manutenção da estabilidade dos preços, o Copom fixou a Selic em 11,25% a.a., conduzindo a política monetária, a exemplo da política fiscal que priorizou o austero controle das contas públicas, de modo a preservar as expectativas positivas dos agentes internos, mesmo diante das pressões altistas dos preços agrícolas e das turbulências do mercado financeiro internacional ocorridas no segundo semestre do ano, em razão da crise do mercado *subprime* dos EUA – o que permitiu que o IPCA registrasse a menor variação anual desde 1980, sem extrapolar as metas de inflação para o ano.

A estabilidade macroeconômica interna serviu de alicerce para a aceleração do crescimento econômico em 2007, quando o PIB apresentou expansão de 5,4%, refletindo o substancial acréscimo dos níveis de investimento e de consumo, consolidando a demanda interna como “*propulsora desse ciclo econômico*” (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2007, p. 12), apesar da trajetória superavitária do balanço de pagamentos (em US\$ 87,5 bilhões) não ter sido interrompida, contribuindo para a recomposição das reservas como estratégia preventiva contra adversidades do ambiente econômico externo.

Parte do desempenho da economia no período deu-se em função da ampliação do PIB agropecuário que apresentou ampliação de 14,07%, positivamente influenciado pela estabilidade climática, a qual contribuiu para que as culturas de grãos apresentassem melhor desempenho na quantidade produzida (expansão de 13,6%), de acordo com o IBGE.

Dentre as culturas que apresentaram performance satisfatória no período em termos de produção, destacam-se a sojicultura (11,1%), milho (20,9%) e feijão (13%).

Na pecuária, a produção de aves apresentou crescimento de 10,1%, seguida da carne suína (6%). Já a produção de carne bovina apresentou menor expansão (1,8%). Quanto às

exportações do setor, registrou-se uma expansão do volume vendido em 4,9%, 16,3% e 14% das carnes bovina, aves e suína, respectivamente.

No âmbito da política agrícola, houve expansão de 16% dos recursos previstos pelo Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 destinados ao custeio, comercialização e investimento na safra do período; foram realizadas ampliações no limite de financiamento do crédito rural para culturas estratégicas para o abastecimento interno e para a produção animal; além da redução da taxa de juros nos Programas sob responsabilidade do BNDES (exceto o Moderfrota).

Em 2008, os graves desdobramentos da crise no mercado *subprime* nos Estados Unidos impactaram negativamente o desempenho da economia mundial, refletindo também nos resultados de crescimento apresentado pelo Brasil, que registrou retração do PIB em 0,3% em relação ao ano anterior, de acordo com o Banco Central.

Apesar da deteriorização do cenário externo, seus impactos sobre o mercado interno brasileiro foram minimizados pela condução das políticas econômicas em curso. No campo monetário, o abandono à restritividade foi importante para manter a dinâmica interna. A interrupção dos aumentos da taxa Selic e sua manutenção em 13,75% a.a. sustentou a expansão dos níveis de consumo e de investimento no primeiro trimestre do ano, permitindo que a economia crescesse a taxas elevadas. Em um segundo momento, quando a crise internacional se intensificou, afetando os canais de crédito e as expectativas dos agentes, houve desaceleração dos níveis de atividade e medidas de enfrentamento à crise se fizeram necessárias tanto no âmbito monetário, quanto no âmbito fiscal. Nesse sentido:

(...) o governo e o Banco Central do Brasil (BCB) atuaram com várias medidas anticíclicas, como empréstimos em moeda estrangeira, para garantir as exportações e a liquidez no mercado; flexibilização da política monetária; incentivos fiscais, com redução de impostos e aumento dos gastos, em especial dos investimentos em infraestrutura; liberação de recursos para regularizar a liquidez do sistema financeiro nacional, incentivando o crescimento dos empréstimos. (...) Na área fiscal, o governo federal anunciou, em dezembro, três medidas de redução de impostos, com impacto fiscal projetado para 2009 de R\$8,4 bilhões. Nesse sentido, foram criadas duas alíquotas intermediárias, de 7,5% e 22,5% na tabela do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), representando renúncia fiscal de R\$4,9 bilhões e redução de R\$2,9 bilhões nas transferências para os estados e municípios, via fundos de participação. Adicionalmente, foram reduzidos os Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre carros e caminhões novos, com vigência de 15.12.2008 até 31.1.2009, e a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

sobre empréstimos às pessoas físicas, de 3% para 1,5% a.a (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2008, p. 12).

Assim, a atuação conjunta das políticas econômicas garantiram que o país encerrasse o ano apresentando expansão do PIB em 5,1%, configurando a solidez do mercado interno brasileiro e sua consolidação como força motriz do crescimento econômico sustentado, mesmo diante do impacto negativo exercido pelo setor externo, que fizeram as exportações recuarem em 0,6%, enquanto as importações avançaram em 18,5%, revertendo o saldo em transações correntes, que em 2008 volta a ser deficitário, embora o saldo do balanço de pagamentos ainda tenha sustentado superávit de US\$ 3 bilhões (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2008).

Nesse contexto, a nova expansão do PIB agropecuário nacional em 19,31% deu-se em função principalmente da regularidade climática, que resultou em elevação da produção de grãos em 9,6%, em que se destacaram em volume de produção, as culturas de soja (3,4%), milho (13,3%) – também estimulada pela melhoria das cotações da *commodity*, feijão (6,7%), arroz (9,7%), trigo (47,5%) – também influenciada pelas elevações das cotações internacionais, algodão (2,5%) e café (25%).

No setor pecuário, a produção de carnes suína e de aves apresentaram crescimento de 6,2% e 13,2%, enquanto a carne bovina registrou retração em -6,1% em resposta ao ambiente internacional instável em decorrência da crise no mercado *subprime* dos EUA, que afetou as exportações tanto de carne bovina (-20,5%), quanto da carne suína (-15,3%). As exportações de carne de frango, no entanto, conseguiram apresentar performance favorável, em que o crescimento se situou em 8,7%.

No campo da política agrícola, registraram-se como principais medidas adotadas, nova expansão dos recursos disponibilizados pelo Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 em 12%; e elevação de 0,8% dos recursos destinados aos programas financiados pelo BNDES, que ainda absorveu a criação de mais um programa – Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa), sendo este orientado para a recuperação de áreas degradadas para que pudessem ser utilizadas para a produção.

Em 2009, a atuação coordenada dos bancos centrais e dos governos dos EUA e dos países europeus se fez necessária para a estabilização do sistema financeiro mundial, na tentativa de minimizar a agressividade dos efeitos do ciclo econômico recessivo, agudizado pela obstrução dos canais de crédito.

Contudo, os resultados da coordenação das políticas econômicas externas somente a partir do segundo semestre do ano começam a ser evidenciados através da reversão do ambiente recessivo em algumas economias, favorecendo a retomada das atividades econômicas, sustentada principalmente pelo dinamismo interno das economias sob os impactos da flexibilização de políticas internas.

Assim, em consonância com as alterações do cenário mundial, o Brasil também buscou incorporar medidas relevantes nas áreas monetária, fiscal e de comércio exterior.

Nesse sentido, diante da atmosfera de incerteza instaurada pela conjuntura internacional e dos reflexos sobre as expectativas dos agentes e o nível de atividade econômica interno, em que se assistiu o arrefecimento da demanda econômica interna, o Banco Central abandonou a postura restritiva adotada em meados de 2008, e optando por uma condução mais flexível da política monetária, realizando cortes de 100 e 150 pontos base na taxa Selic, em janeiro e março de 2009, respectivamente; voltando a reduzi-la em 100 pontos base em abril e novamente em junho. Contudo, em vista da ameaça do não cumprimento das metas de inflação, e sinalizada a recuperação gradual dos níveis de atividade econômica do país, o Copom passa a partir de então, a demonstrar maior cautela na condução do processo de flexibilização da política monetária, fixando a Selic em 8,75% a.a. a partir de setembro, a fim de prevenir “o risco de reversão abruptas da política monetária no futuro, e assim [promover] a recuperação consistente da economia” (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2009, p.44).

No campo fiscal, a continuidade da desoneração tributária (IPI e IR) com o objetivo de solidificar o dinamismo interno e irradiar reflexos positivos sobre os níveis de emprego (particularmente dos setores intensivos em mão-de-obra) se traduziu em acentuada retração das transferências de recursos para a União, resultando na necessidade de redução da meta de superávit primário de 3,8% do PIB para 2,5%, sem, no entanto, comprometer a trajetória decrescente da relação dívida líquida do setor público e PIB nos médio e longo prazos.

Na política do comércio exterior, em razão da deteriorização das linhas de crédito externo em consequência do acirramento da crise dos mercados financeiros internacionais, a Câmara do Comércio Exterior (Camex) alterou desde fevereiro de 2009 o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que passou a fornecer modalidades específicas de crédito tanto para operações de comércio exterior de empresas com faturamento bruto anual até R\$ 600 milhões (quando anteriormente esse valor era limitado a até R\$ 300 milhões), quanto para empresas exportadoras de até US\$ 1 milhão e com faturamento bruto anual de até R\$ 60





milhões. Medidas como esta permitiram que a balança comercial registrasse superávit de US\$ 25,3 bilhões, representando expansão de 1,6% em relação ao ano anterior, apesar das exportações terem sofrido decréscimo de 22,7% (e importações, queda de 26,2%) em virtude da contração do comércio global, como reflexo dos impactos recessivos da crise. Destaca-se ainda que “(...) a permanência dos fluxos de capitais estrangeiros possibilitou o financiamento integral do balanço de pagamentos” (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2009, p. 13), que apesar de ter registrado déficit de US\$ 24,3 bilhões em transações correntes, manteve superávit global de US\$ 46,6 bilhões.

A eficácia da coordenação das políticas econômicas implementadas no país contribuiu para a vigorosa recuperação do nível de atividade interno ao longo do ano (particularmente a partir do segundo semestre), em que a dinâmica do mercado interno ditou a sustentação do crescimento econômico diante do enfrentamento da grave recessão do mercado externo, possibilitando a minimização dos rebatimentos negativos da crise, de forma que no acumulado geral, o PIB anual sofre apenas leve retração de 0,2% (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2009).

Em consonância com o cenário de aprofundamento da crise internacional, somada aos problemas climáticos, o PIB agropecuário nacional também sofre recuo em relação ao ano anterior, ao apresentar elevação de apenas 3,03%.

Nesse contexto, a produção total de grãos contraiu-se em 8,3%, com retração das safras de soja (-4,81%), algodão (-25,9%), trigo (-16%) e café (-12,8%). Dentre as principais culturas, apenas o feijão e o arroz foram capazes de apresentar algum crescimento 0,5% e 4,2%, respectivamente.

Na pecuária, os segmentos de carne bovina e suína registraram crescimento de 0,3% e 10,9%, respectivamente, embora a produção de aves tenha caído em -2,7%, seguindo a tendência declinante das exportações, em que se assinalou redução das vendas de carnes de ave (-0,1%) e bovina (-9,5%), apesar da performance da carne suína ter se mostrado favorável, registrando aumento de 13,2%.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Políticas agrícolas modernizantes passaram a ser implementadas no país a partir da década de 1950 em resposta ao crescimento urbano-industrial brasileiro.

A partir de 1970, verificou-se o início da formação dos Complexos Agroindustriais e a introdução de técnicas e tecnologias reestruturantes de produção que, apesar de impactarem positivamente nos resultados financeiros e econômicos do agronegócio brasileiro, refletiram também na precarização do emprego rural e da distribuição da renda agropecuária nacional.

A forte crise econômico-inflacionária da década de 1980 acabaram por interferir e desacelerar as políticas de crédito agrícola, comprometendo seriamente a performance do setor no período.

A partir dos anos 1990, como a abertura financeiro-comercial, a absorção de princípios neoliberais pela economia brasileira, e o arrefecimento da intervenção estatal na economia, parcerias privadas tornaram-se crescentes, na perspectiva de reerguer o setor agropecuário nacional, inserido em contexto de disputa por novos mercados, e de necessidade de apresentar eficiência produtiva, além de expansão de fronteiras agrícolas, que acabaram por privilegiar regiões internas específicas em detrimento das demais, aprofundando desigualdades preexistentes.

Com a implementação do Plano Real e a retomada do crescimento econômico a partir de 1996, o agronegócio fortalece no país, como resultado da estabilidade econômica e orientação produtiva direcionada à exportação por zoneamento agrícola, compatibilização de culturas e redução dos custos de produção.

Políticas de securitização e de recuperação dos preços agrícolas implementadas a partir de 1997 também foram importantes para o setor agropecuário. Porém, o contexto de crise econômica internacional instaurado em 1998 e a tendência de queda dos preços das *commodities* provocaram repercussões negativas no setor, que ficou restrito a apresentar resultados moderados no período, sustentados pela performance da produção animal.

Em 1999 os desdobramentos da crise econômica da Rússia ainda interferiram negativamente na produção agrícola brasileira. Mas, o aprimoramento dos instrumentos de política agrícola interna e o bom desempenho climático contribuíram para a recuperação do setor.

Nos anos 2000 verificou-se a retomada do crescimento do setor agropecuário brasileiro, dada a conjuntura de queda das taxas de inflação e ampliação do crédito rural dos empregos formais no campo.

Em 2001, a crise econômica internacional desencadeada pela Argentina, a crise energética enfrentada pelo Brasil e as políticas monetárias restritivas resultaram na desaceleração do crescimento do país. No entanto, o setor agropecuário nacional apresentou significativo crescimento em resposta às políticas agrícolas de longo prazo implementadas ainda entre 1995 e 1996.

Em 2002, o caótico cenário internacional e o contexto de instabilidade interna devido ao ano eleitoral, resultaram em retração em vários subsetores do meio agrário nacional.

As políticas de ajuste econômico interno voltaram a refletir resultados favoráveis para o setor agropecuário nacional já em 2003, quando também o setor se beneficiou da expansão da demanda chinesa e dos problemas de safra enfrentados pelos Estados Unidos.

Em 2004, mesmo diante da expectativa de descontrole inflacionário e de austeridade de políticas monetária e fiscal, a agricultura nacional foi dinamizada pelo significativo desempenho da agroexportação.

Em 2005, a necessidade de conter os avanços inflacionários resultou na desaceleração da atividade econômica nacional e recuo da produção agropecuária.

Em 2006, apesar estabilidade macroeconômica interna e da dinâmica externa dos países emergentes estimular as exportações agrícolas nacionais, o setor agrícola sofreu impactos negativos resultantes de instabilidades climáticas e da proliferação de pragas fúngicas.

A estabilidade econômica em 2007 e a forma como as políticas econômicas foram conduzidas diante da crise dos *subprimes* nos Estados Unidos contribuíram para o bom desempenho do setor agropecuário no período. Porém, os desdobramentos da crise em 2008 resultaram na desaceleração da performance no setor que se estendeu também ao ano de 2009.

A dinâmica econômica agropecuária nacional para o período de 1996 a 2009 revela empenho do setor em reconstruir e modernizar suas formas de produção, contudo, existe a necessidade de alinhamento com as ações político-econômicas, e de constantes investimentos públicos e privados, a fim de preservar o setor em conjunturas de choques econômicos, bem

como acelerar seu desempenho nos cenários econômicos favoráveis e na busca por novos mercados internacionais.



#### 4. REFERÊNCIAS

- BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 1996.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 1997.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 1998.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 1999.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 2000.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 2001.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 2002.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 2003.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 2004.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 2005.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 2006.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 2007.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 2008.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. **Relatório Anual**. Brasília, 2009.
- DIÓGENES, C. M. B. **Fontes de crescimento e modernização da agricultura no Nordeste**. Fortaleza: Economia Rural/UFC, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- FERNANDES FILHO, J. F. Indústria rural no Brasil e no Nordeste: uma contribuição para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural. In: Congresso Brasileiro de Economia, 14, 2001. **Anais...** Recife, 2001.



- IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**, 2001-2008.
- IBGE. **Pesquisa Trimestral de Abate de Animais**, 2007.
- IPEA. **PIB Agropecuário estadual** – valores adicionados a preços básicos, 1996-2009.
- JANK, M. S.; NASSAR, A. M. Competitividade e globalização. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- KAGEYAMA, A.; GRAZIANO SILVA, J. Política agrícola e produção familiar. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 24, 1986. **Anais...** Lavras, MG: SOBER, 1986.
- LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LUCENA, R. B.; SOUZA, N. J. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, ano 19, n. 35, 2000.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Estatísticas do comércio exterior do agronegócio brasileiro**, 2001-2008.
- PESSOA, F. M. . **Dinâmica da produtividade da mão-de-obra na agropecuária de Minas Gerais**: um estudo de convergência. Departamento de Economia Aplicada da Universidade Federal de Viçosa: Minas Gerais, 2011 (Dissertação de Mestrado).
- SAES, M. S. M. Organizações e instituições. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- VICENTE, J. R., ANEFALOS, L. C., CASER, D. V. Produtividade agrícola no Brasil, 1970-1995. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo: v.48, n.2, p.33-55, 2001.

